

A INCLUSÃO ESCOLAR ATRAVÉS DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA

Vivianne Costa Koltermann

Resumo: A inclusão é um processo que vem há tempos sendo discutida no âmbito nacional em escolas, onde alunos com deficiência cada vez mais estão incluídos nas classes regulares, e a educação física torna-se fundamental nesse processo. Assim, ter participação efetiva no ambiente escolar, através da rede de relações com seus colegas, professores e equipe diretiva é fundamental. A pesquisa busca verificar de que forma está acontecendo à inclusão escolar em uma escola pública regular, através das aulas de Educação Física, da cidade de Santa Maria, RS. A metodologia deu através de uma pesquisa diagnóstica-exploratória, em que foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário com perguntas abertas a equipe diretiva da escola e aos professores de educação física regentes de uma escola pública da zona central da cidade de Santa Maria, RS. Como resultados obtidos, encontrou-se três grandes blocos: a inclusão dentro das aulas de educação física: visão dos professores; a inclusão dentro das aulas de educação física: visão da equipe diretiva; e projeto político pedagógico e a inclusão. Conclui-se que a inclusão ocorre na teoria e na prática dentro do espaço escolar.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Física. Escola.

Introdução

A legislação brasileira garante ao aluno com deficiência o direito à sua inclusão no sistema regular de ensino, com o atendimento especializado para suas atividades educacionais (ALVES e DUARTE 2011). Durante a década de 1990, aconteceu um marco histórico, no qual

Em 1994, promovida pelo governo da Espanha e pela UNESCO, foi realizada a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, que produziu a Declaração de Salamanca, tida como o mais importante marco mundial na difusão da filosofia da educação inclusiva. A partir de então, ganham terreno as teorias e práticas inclusivas em muitos países, inclusive no Brasil (MENDES, 2006).

Através da conhecida como ‘magna carta’, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), aponta para um novo entendimento de qual é o papel da escola regular em relação à educação dos alunos com deficiência, na qual, em sua passagem no ponto 2 nos diz que:

As escolas regulares seguindo esta orientação inclusiva constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos [...] (UNESCO, 1994)

Neste âmbito do direito ao acesso à educação inclusiva das pessoas com deficiência, o Decreto Legislativo 186/08 (BRASIL, 2008) aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, na qual traz consigo a definição de pessoas com deficiência as quais “[...] são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva, na sociedade com as demais pessoas” (BRASIL, 2008 p.3). Também foi criada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) na qual afirma que o público-alvo, além dos alunos com deficiência, também aqueles com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotação, além de que a educação especial faz parte da proposta pedagógica da escola.

Neste sentido, após a contextualização do histórico da educação inclusiva, de acordo com Rodrigues (2000),

“A Educação Inclusiva é comumente apresentada como uma evolução da escola integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, mas uma ruptura, um corte, com os valores da educação tradicional. A Educação Inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos. A 8 | RE, Vol. XVI, nº 1, 2008 Educação Inclusiva aposta na escola como comunidade educativa, defende um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os alunos. É uma escola que reconhece as diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e dá-lhe um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade (p. 10)”.

Inserida na educação inclusiva, há o termo inclusão na qual tem como objetivo criar possibilidades que propiciem ao indivíduo um ambiente de acolhimento e apoio, no qual há um respeito para a individualidade de cada um. De acordo com Os Parâmetros Curriculares Nacionais/Educação Física (BRASIL, 1998),

[...] a inclusão do aluno é o eixo fundamental que norteia a concepção e a ação pedagógica da Educação Física Escolar [...] seja na sistematização de conteúdos e objetivos, seja no processo de ensino e aprendizagem, para evitar a exclusão ou alienação na relação com a cultura corporal de movimento. (p.30)

Assim, a inclusão é um processo que vem há tempos sendo discutida no âmbito nacional em escolas, comumente chamada de inclusão escolar. Nos dias atuais, a inclusão escolar perpassa em escolas públicas e privadas, onde alunos com necessidades educacionais especiais cada vez mais estão incluídos nas classes regulares, sendo um enorme avanço no processo de inclusão, processo no qual deve ser uma preocupação constante do professor nos dias atuais. Esta inclusão também não diz respeito somente em desempenhar as atividades nos quais são propostas pelo professor em aula, mas também na participação efetiva do aluno com deficiência em seu ambiente escolar, através de uma estruturação na rede de relações sociais com seus colegas de classe, professores, equipe diretiva e funcionários.

Segundo Pedrinnelli (2002), para o professor fazer parte de um processo inclusivo ele deve estar predisposto para considerar e respeitar todas as diferenças individuais de cada criança, criando possibilidades de aprender sobre cada um através de situações de diversidade de ações, ideias e sentimentos nos quais os alunos expressem. Assim, o professor deve considerar seus alunos como seres construtivos, considerando os seus valores e experiências já vividas, para que promova a autonomia e criatividade dos alunos, para que, assim, o processo de inclusão seja de forma natural (Friedman, 2001).

Neste contexto, a presente pesquisa vem com o intuito de verificar como está acontecendo à inclusão no contexto da classe regular de ensino, em uma escola pública, com ênfase na inclusão dentro das aulas de Educação Física. Com isso, é preciso pensar na Educação Física como uma disciplina que propicie aos alunos o ensino de movimentos que possam ter utilidades no seu dia a dia, e que, através desses movimentos, o aluno possa melhorar sua qualidade de vida não somente em termos biológicos, mas também em termos sociais, tendo direito e autonomia. Para os alunos com deficiência, as experiências positivas nas aulas de educação física ocorrem quando

o aluno sente-se pertencido ao grupo, em que há sua participação total nas atividades propostas (GOODWIN e WATKINSON, 2000).

Assim, esta pesquisa justifica-se pela real necessidade de incluir os alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, pois todos tem o direito de realizar a prática na aula, bem como também que o professor regente tenha um planejamento que contemple todos alunos, cada um com suas especificidades e seu tempo de aprendizagem. É de extrema importância à atividade física para estes alunos, tanto no seu aspecto motor, como também cognitivo e social.

Busca-se, através desta pesquisa, que a inclusão escolar de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física ocorra através de um trabalho conjunto entre direção, coordenação pedagógica, comunidade escolar e professores de Educação Física, com uma proposta pedagógica em que a inclusão esteja em primeiro plano dentro da escola, e principalmente dentro do planejamento do professor de Educação Física.

Objetivo geral

Verificar de que forma está acontecendo à inclusão escolar em uma escola regular de ensino da rede pública, através das aulas de Educação Física, da zona central da cidade de Santa Maria, RS.

Objetivos específicos

Verificar:

1. A inclusão nas aulas de Educação Física;
2. Se os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas contemplam a inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física;
3. Como os professores de Educação Física tratam, nas suas aulas, a inclusão dos alunos com deficiência;

4. Evitar a exclusão dos alunos com deficiência das aulas de Educação Física.

Metodologia

A metodologia se deu através de uma pesquisa diagnóstica-exploratória, que visa diagnosticar uma situação e explorar seus achados cientificamente. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário com perguntas abertas a equipe diretiva da escola e aos professores de educação física regentes de uma escola pública da zona central da cidade de Santa Maria, RS, totalizando 3 professores da equipe diretiva e 2 professores de educação física.

A análise de dados se deu de forma qualitativa exploratória, a fim de explorar os achados visando uma avaliação crítica da situação, destacando os resultados positivos. A análise de dados será categorizada em temas, conforme a análise de conteúdo (BARDIN, 2012). Após todos os resultados analisados, será retornado às escolas os resultados obtidos, buscando também, posteriormente, a publicação dos mesmos.

Resultados

Através dos questionários obtidos pelos professores de Educação Física e pela equipe diretiva da escola na qual foi realizada a pesquisa, obtivemos como grandes blocos a serem discutidos: a inclusão dentro das aulas de educação física: visão dos professores; a inclusão dentro das aulas de educação física: visão da equipe diretiva; e projeto político pedagógico e a inclusão. Assim, iremos discutir cada bloco para melhor compreensão.

1.1 A inclusão dentro das aulas de educação física: visão dos professores

Através das respostas obtidas no questionário, o primeiro ponto a ser discutido é a visão dos professores em relação à inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física. Nas respostas, encontramos pontos-chaves que merecem destaque, no qual um deles é o conhecimento dos tipos de deficiência por parte dos professores, visto que em sua formação profissional buscaram cursos ou dentro do espaço acadêmico tiveram a oportunidade de conhecer as diferentes deficiências, como

também por questionamentos próprios através de pesquisas na literatura. Pelo conhecimento já adquirido pelos professores, a inclusão de alunos com deficiência foi facilitada nas aulas de educação física, visto que os mesmos já sabiam como receber este aluno, as estimulações nos quais são importante ser trabalhadas, como também o desenvolvimento cognitivo, motor e psicológico do aluno juntamente com sua turma, ocasionando, assim, a total inclusão dentro do espaço escolar na Educação Física.

Nesse sentido, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais, podemos perceber que a participação dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física é de extrema importância, visto que

Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria dos alunos com deficiência foram e são excluídas das aulas de Educação Física. A participação destes educandos nestas aulas pode trazer muitos benefícios, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social (BRASIL, 1997).

Outro ponto chave que encontramos nas respostas obtidas, é a interação que deve-se proporcionar entre todos os alunos e o professor, para que todos os alunos sintam-se a vontade na aula, para que ocorra um espaço atrativo e também de desenvolvimento dos alunos, sempre evidenciando as potencialidades dos mesmos, e não as deficiências ou dificuldades existentes. Também é salientar que o professor deve estar ciente de que incluir alunos nas aulas de Educação Física não é somente adaptar a disciplina, mas, também, adotar uma perspectiva educacional na qual valorize a diversidade que se tem dentro da turma e que o mesmo esteja comprometido com a construção de uma sociedade inclusiva (CHICON, 2005). Para isto, deve fazer parte do planejamento: os objetivos, as adaptações, os conteúdos, as atividades juntamente com os procedimentos de ensino e os recursos (SANT'ANNA et al, 1998).

A partir deste contexto, a competência necessária que o profissional de Educação Física deve ter para atuar com alunos com deficiência passa pela organização do ambiente no qual o aluno está aprendendo, no qual permite que a execução das tarefas motoras adequadas para o seu desenvolvimento cognitivo, motor e social, como também os conhecimentos sobre as deficiências, para um melhor trabalho e entendimentos das especificidades do aluno.

Também se deve considerar como ponto importante a ser considerado pelo professor de Educação Física, a maneira de apresentação do conteúdo no qual ele irá ministrar, dando atenção à seleção ao conteúdo e modificações no que se refere aos estilos de ensino, que devem proporcionar aos alunos dos grupos especiais os maiores benefícios educacionais possíveis para sua melhor aprendizagem (WINNICK, 2004).

Em conformidade com as respostas, podemos destacar que ocorre a inclusão pela visão dos professores, e que esta deve ser em todos os espaços escolares, não somente nas aulas de educação física, visto que cada vez mais este tema está presente no dia-a-dia do espaço escolar.

1.2 A inclusão dentro das aulas de educação física: visão da equipe diretiva

Em relação à visão da equipe diretiva, em todas as respostas obtidas a equipe diretiva é a favor da inclusão nas aulas de educação física, como também em todas as outras disciplinas, mas principalmente na aula de educação física, visto a interação em que a aula proporciona para os alunos, como também a melhora da auto-estima, do desenvolvimento dos alunos em todo o contexto social, proporcionando, assim, o desenvolvimento integral do aluno através desta educação inclusiva.

Nesse sentido, a educação inclusiva é um processo que se desenvolve em todo o contexto social, no qual direciona os pensamentos reflexivos sobre o papel da escola em tempos modernos. Para isso, compreende-se que a educação dentro do contexto escolar deve proporcionar a todos os alunos o seu desenvolvimento integral, preparando-os para que exerçam as suas capacidades na sociedade. (NOZI; VITALIANO, 2012).

De acordo com as respostas analisadas, percebeu-se que todos zelam pela inclusão no espaço escolar, e que ocorre essa inclusão nos espaços da classe regular de ensino, bem como nas aulas de educação física da escola.

1.3. Projeto político pedagógico e a inclusão

Após termos acesso ao projeto político pedagógico da escola, que no qual foi revisado no ano de 2015 pelos docentes, equipe diretiva e comunidade escolar, consta como um dos princípios norteadores a inclusão no espaço escolar de ensino, tendo

como referência a inclusão em todos anos do ensino fundamental, como também em todas disciplinas do quadro geral da escola. Consta também as questões de acessibilidade que foram reformadas e revistas dentro da escola, para melhor atender todo tipo de público que ingressar na escola.

Nesse contexto do espaço escolar, projeto político pedagógico e as respostas obtidas através do questionário, podemos perceber que a inclusão consta tanto na teoria como na prática dentro do espaço escolar, pois ela está presente no projeto político pedagógico, e também está acontecendo no dia-a-dia escolar nas salas regulares, e principalmente nas aulas de educação física. Nesse sentido, o professor tem um papel fundamental para que essa inclusão ocorra de maneira correta, tendo a competência necessária para atuar com a inclusão.

A partir deste contexto, a competência necessária que o professor de Educação Física deve ter para atuar com alunos com deficiência passa pela organização do ambiente no qual o aluno está aprendendo, no qual permite que a execução das tarefas motoras adequadas para o seu desenvolvimento cognitivo, motor e social, como também os conhecimentos sobre as deficiências, para um melhor trabalho e entendimentos das especificidades do aluno. E isto também está claro no projeto político pedagógico na área da educação física no ensino fundamental, visto que deve-se pensar sempre no aluno para o seu desenvolvimento integral, conhecendo suas especificidades e sempre buscando as competências do mesmo.

Cruz e Ferreira (2005) enfatizam que o professor não deve focalizar na deficiência do aluno, mas sim no seu movimento, proporcionando ao indivíduo condições de emitir as respostas motoras que possibilitem interagir-se com o ambiente escolar no qual está inserido. Nesse sentido, deve-se ter conceitos, procedimentos e atitudes para que o professor possa repassar o seu conhecimento durante o processo de formação e desenvolvimento do aluno, através das aulas de Educação Física. Assim, Cruz e Ferreira (2005, p.178) trazem uma mensagem na qual nos dizem que:

Por mais adversas que possam parecer as condições de trabalho em nosso sistema de ensino, sua superação se dará à medida que nosso investimento sobre a escola aumente. É fundamental que a autonomia profissional seja exercitada no sentido de fortalecer a autoria de projetos pedagógicos que garantam o processo de escolarização de nossos alunos. Essa conjugação do

exercício responsável da autonomia, com a autoria de projetos pedagógicos efetivos, pode sustentar a autoridade profissional do professor de Educação Física dentro da escola. A inclusão escolar de alunos que apresentam necessidades especiais é, neste sentido, uma provocação que não pode ser ignorada.

Assim, pode-se perceber que há, sim, a inclusão conjunta entre projeto político pedagógico através da teoria, e a equipe diretiva e os professores de educação física através da prática.

Conclusão

Nesse sentido, a inclusão escolar de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física deve acontecer de forma significativa para o aluno, e que este possa interagir com seus colegas através da socialização que a Educação Física proporciona como também para o seu desenvolvimento motor e cognitivo. Para sentir-se incluído, é necessário que se ultrapasse todas as barreiras de sala de aula, pois, assim, o aluno terá suas necessidades reconhecidas em todo o ambiente escolar.

Sabemos que a construção da escola através de uma perspectiva inclusiva é um dos grandes desafios que os sistemas educacionais convivem hoje (MARTINS, 2012). Nesse sentido, o foco na inclusão escolar nas aulas de Educação Física pode ser um meio para esta perspectiva, visto que se torna necessário, também, pensar nas múltiplas formas de trabalhar com a disciplina de Educação Física, possibilitando, identificando e atendendo a todas as diferenças (RECHINELI; PORTO; MOREIRA, 2008). Com isso, a inclusão dos alunos com deficiência torna-se um fator de extrema importância, partindo do professor esta inclusão através de suas aulas.

Referências Bibliográficas

ALVES, M. L. T; DUARTE, E. Os caminhos percorridos pelo processo inclusivo de alunos com deficiência na escola: uma reflexão dos direitos construídos historicamente. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 24, n. 40, p. 207-218, maio/ago, 2011.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Edição Revisada e Ampliada. Lisboa: Edições 70, 2012.

CHICON, J. F. Inclusão na educação física escolar: construindo caminhos. 2005. 420f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2005.

CRUZ, G. C.; FERREIRA, J. R. Processo de formação continuada de professores de educação física em contexto educacional inclusivo. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 19, n. 2, p. 163-180, 2005.

BRASIL. [Decreto Legislativo nº 186 de 9 julho de 2008]. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília DF, 10 jul. 2008. Seção 1, Edição 131, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília, DF. MEC/SEESP, 2008. Disponível em :<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em : 14 de mai. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: educação física/secretaria de educação fundamental. Volume 7. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FRIEDMAN, A. Brincar: crescer e aprender - o resgate do jogo infantil. São Paulo, Moderna. 1996.

GOODWIN, D; WATKINSON, J. Inclusive Physical Education from the Perspective of Students with Physical Disabilities. Adapted Physical Activity Quarterly, Illinois, v. 17, p. 144-163, 2000.

MARTINS, L.A.R. Reflexões sobre a formação de professores com vistas a educação inclusiva. In: MIRANDA, T.G.; GALVÃO FILHO, T.A. (Org.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

MENDES, E. G.. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v.11, n.33. p.387-559, 2006.

NOZI, G. S.; VITALIANO, C. R. Saberes necessários aos professores para promover a inclusão de alunos com necessidades Educacionais Especiais. Revista Educação Especial, v. 25, n. 43, p. 333-348, mai./ago. 2012.

PEDRINELLI, V. J. Possibilidades na diferença: o processo de inclusão, de todos nós. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial Revista Integração, n 14. 2002.

RECHINELI, A.; PORTO, E. T. R.; MOREIRA, W. W. Corpos deficientes, eficientes e diferentes: uma visão a partir da educação física. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.14, n.2, p.293-310, 2008

RODRIGUES, D. O paradigma da educação inclusiva: reflexões sobre uma agenda possível. Inclusão, v.1, p.7-13, 2000

SANT'ANNA, F.M. et al. Planejamento de ensino e avaliação. 11.ed. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1998.

UNESCO. Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais. Lisboa: IIE, 1994.

WINNICK, J. P. Organização e Gerenciamento de Programas. In: WINNICK, J. P. (Org.). Educação física e esportes adaptados. Barueri: Manole, 2004. p.21-36.